

MODESTO, Luiz Sergio (1997). Tronos e Quartéis. Em **Caros Amigos**. ISSN 1414-221X. N. 8. Novembro de 1997. P. 40-41. São Paulo: Editora Casa Amarela.

tronos e quartéis

“Saí da Polícia Militar em 1977, já na fase física da tortura. Não consigo até hoje contar detalhes, nem para minha mulher.”

por Luiz Sergio Modesto

Estudei no Barro Branco (academia para formação de oficiais da Polícia Militar do Estado de São Paulo). Estive - não fui - cadete. Meu pai é oficial militar e, entre outros motivos pessoais, eu provavelmente lá ingressei para competir com ele. Ali na academia faziam sociogramas constantes dos cadetes, por exercício de suspeita sistemática de uma cultura autocrática. Eu defendia a liberdade, era contra a censura, a tortura, contra os domínios alheios sobre o próprio corpo. Lia muito e de tudo, teoria política, filosofia, sociologia, direito, lia em inglês, em francês, gostava de arte, fazia poemas. Uma pessoa assim só podia ser comunista, ou homossexual, na avaliação militar. Para eles a sensibilidade e o intelecto eram coisas para homossexuais e comunistas. Com tais parâmetros, elaboravam listas que nos eram transmitidas como verdades: por elas, Chico Buarque e Elis Regina eram comunistas e Caetano Veloso homossexual.

Quando entrei na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco em 1977, já vivenciando um processo terminal de tortura predominantemente na fase psicológica por “mau comportamento” (leia-se, não compartilhar daquela cultura da opressão militar *versus* submissão civil, própria da autocracia fardada de então, com cópia carbonada nas polícias militares) e clima de expurgo da academia, ofereci a eles o “Território Livre” como prova fatal de que “só podia ser comunista”. Passei a ser seguido com mais frequência, a ser provocado para situações de risco, além daquelas que já enfrentava no internato. Colocaram homossexuais, colocaram agitadores para se insinuarem no meu caminho, quando me dirigia de ônibus à casa de minha namorada nas folgas, isto para terem “provas” de tais atributos. Cheguei a avisar amigos da Faculdade, um deles da facção tida por “direita”: se não aparecesse durante dois ou três dias, deveriam tomar providências, pois teriam sumido comigo. Essa providência cabia, porque já estava sendo avisado por um oficial da própria Polícia Militar, amigo de meu pai, e que não compartilhava com aquela situação.

Dentre os oficiais militares que davam aulas no Barro Branco, alguns chegavam até a pregar a tortura (um deles, de “molho” na academia por suas “operações” bem sucedidas no DOI-CODI), outros ensinavam técnicas mesmo. Eu aprendi como matar e não deixar rastros para o médico-legista, incluindo métodos químicos já testados nas intervenções dos Estados Unidos na América Central e pela França na guerra contra a Argélia. Entre os oficiais militares que pregavam a tortura, alguns foram bem

recebidos por concurso no Ministério Público, raros no Judiciário, outro posteriormente ocupou-se de alto cargo no Executivo.

Um dia me pegaram lendo Marx (não me considero marxista); noutro, presente a uma das manifestações de resistência à autocracia militar no Largo de São Francisco. Fui apresentado por eles a um dossiê e descobri que estive ao lado de Goffredo Telles Júnior nas fotos feitas durante o episódio da *Carta aos Brasileiros* de 8/8/77. Saí do Barro Branco e Polícia Militar em 21/9/77 já na fase física da tortura, chegando mesmo a enfrentar uma situação de risco e teatro armado por oficiais militares prontos para o *script* da minha eliminação física “justificada” e mais não falo. Não consigo até hoje contar detalhes, nem para minha mulher. Foi cruel e inútil. Um amigo, atualmente membro do Ministério Público, também passou por essa. Por estar em “débito” com a descoberta de seu passado na Igreja Romana, foi “convidado” a me entregar, com todos os chavões de então, e dizer que eu era comunista, homossexual. “Ele é normal”, disse, “tem namorada”. Como tinha humor, disse que o “único defeito do ‘subversivo’ em questão era o de estudar muito, ficar até de madrugada lendo e saber um pouco mais do que os professores que lá davam aula”. Nada difícil. Ficou mais afetado do que eu na época, com marcas físicas nos braços e tendo de ocultar o ocorrido de madrugada dos colegas diurnos de turma e ao mesmo tempo desconfiando deles, dos informantes. Passou a ter suspeita genérica. No meu caso, tenho até hoje um pesadelo recorrente. Estou lá, como sou agora, mas fardado, deslocado, tentando sair, como se quisesse abrir as barras de uma jaula, a jaula da farda. Estou lá, é uma coisa terrível, tortura em *feed-back*, frequente.

Na academia do Barro Branco, presumo que ainda hoje, eles comemoram a Noite de São Bartolomeu, como um rito de iniciação, alusivo à matança de huguenotes (protestantes calvinistas) por católicos na França em 24 de agosto de 1572, entre 5.000 e 30.000 mortos. A antropologia observa nisso uma forma de organizar o mundo mediante uma recepção polarizadora amigo/inimigo. Acordavam

de madrugada, com a cumplicidade do oficial de dia, aos gritos invadiam os alojamentos, com espadins, espadas ou baionetas nas mãos e avançavam sobre aqueles que ainda não tinham acordado pela selvageria e tiravam as diferenças particularmente dos “bichos” que resistiam aos trotes dos veteranos, às humilhações constantes, à servidão interna, pontapés nos testículos, bofetadas no rosto - como lá aprendi, ultrajam o “suspeito” e não deixam marcas. Os machucados não se atreviam a tomar providências, o medo e o instinto de sobrevivência não deixavam. Os “bichos” eram os huguenotes e os “veteranos” os católicos. Fui um louco que oficialmente se insurgiu por isso e prefiro não falar sobre as conseqüências que ali sofri desde então por parte de oficiais e veteranos, quando passei a ser tomado como subversivo, entre os epítetos já narrados. Ali, reivindicar Direitos Humanos “indiciava” homossexualidade. Essa mesma forma de organizar o mundo é repetida na ação cotidiana por comandos oficiais autárquicos machos em relação à função Executiva e num espaço público expandido - inclui o espaço doméstico no seu “teatro de operações”: militares *versus* civis reproduz a exemplaridade francesa “católicos *versus* huguenotes” do rito de iniciação e reproduz uma relação política amigo/inimigo.

Posteriormente tive um aluno de direito, que também foi aluno do Barro Branco. Seu relato não é dos melhores. Disse-me que lá, quando ensinam, torcem as idéias dos Direitos Humanos, o professor faz ironias, reproduz os textos com ambigüidades, colocando um ponto de vista pelo qual o policial **militar** - com ênfase no militar, porque assim tem sabor de caserna expandida - tem ascendência sobre o civil - paisano, como preferem. A um professor não é conveniente dar esse tipo de aula forçada. Caso não se dê bem, que mude de matéria, ou que coloque todos os lados da questão.

Militar, Polícia, não tenho aquele ódio genérico, não cultivo esse passado, até mesmo por amor à minha sanidade mental e dedicação ao espírito, mas reparo que evito olhar, cruzar com a farda, e os jornais reforçam minha conduta de sobrevivência. É uma cicatriz de memória. Viva. Ora, tocar no seu corpo contra a sua vontade! Compreendo intensamente os sentimentos de uma mulher estuprada, a vergonha dos humanos comuns que chamam de “suspeito”, do “indivíduo” e até mesmo do marginal que levam, quando menos, uma bofetada no rosto. Nenhum deles disse sim à violação do próprio corpo.

Há também violação do corpo quando um policial militar, no seu corriqueiro dever de vigilância, além de solicitar exibição de documentos possíveis de posse pelo ser humano - não há obrigatoriedade legal para o porte de documentos! -, interfere na disposição do corpo desse humano com imperativos: “fala comigo de pé”, “tira os óculos escuros”, “desencosta do muro”. Essa última interferência no corpo alheio ocorreu com Amílcar, filho do jornalista Myltainho. Quando ouvi desse o relato - e tenho filhos - o ruído da memória comprimiu meu fôlego. Aquele filho, enquanto classificado como “suspeito” - o civil, face ao policial militar, é sempre suspeito! - esteve na posição do torturado frente ao torturador, dono do corpo, da liberdade do corpo. Esse policial militar não esteve ali como policial, mas como militar contra um inimigo. A tarefa primária de um **policial** não militarizado é administrar a prevenção ou o delito, tendo nesse caso o ser humano e **cidadão** como um seu igual. Com o adjetivo “militar”, o policial deixa de ser um igual, a situação se desequilibra para uma relação bem/mal, e repassa uma relação política *amicus/inimicus*, que naquele rito de iniciação tem um inimigo pessoal, para uma relação *amicus/hostis*, que no cotidiano da ação policial & militar toma o civil por *hostis*, inimigo impessoal - e sem cidadania.

Aquele filho ali encostado no muro, enquanto ele, príncipe soberano fardado examina o documento. Qual o delito no caso? Nenhum. Melhor, um: ser civil, suspeito, até prova em contrário. Nos braços dele - o policial **militar** não é educado para pensar com a cabeça, mas para agir, ele pensa com os braços, nos braços dele o impulso a custo contido, quando há testemunhas não elimináveis: “eu não lhe concedi a graça da liberdade de se encostar no muro”. O “suspeito” - outro clichê - “é sempre um folgado, positivo?” Essa cultura é típica da autocracia militar e não foi desarmada, ao contrário, foi absorvida até mesmo por quem foi “vítima” dela, ainda que nos cafés de Paris. O preposto da Coletividade-Estado Brasil, Fernando Henrique Cardoso, é um dos reprodutores interessados dessa cultura, tanto que, na sua gerência compartilhada do mando, a violência policial-militar recrudescceu, virou rotina escancarada e impune. Posso demonstrar que o exemplo parte do trono. Quer ver?

Em função da sua dependência de poder, conciliou com os algozes da autocracia militar e incorporou seus rompantes de qualidade absolutista, até mesmo nos custos econômicos e sociais de sua perpetuação no trono.

Sem precipitações aqui. Falo da **intermitência** das qualidades do absolutismo, qualidades naquele que se julga livre de prováveis relações, essas sempre possíveis a quem se destaca em posições de mando ou força, independente da época, e não da **continuidade** das qualidades do regime do absolutismo, presente historicamente nos séculos XVII e XVIII nos Estados europeus. As continuidades absolutistas freqüentam apenas os **períodos** autocráticos, ditaduras e tiranias de terno ou farda, como aquelas dos séculos XVII e XVIII. Já as **intermitências absolutistas** sempre freqüentam as **situações** de mando ou força, **são intemporais** e delas jamais nos livramos de risco.

Vimos essa intermitência absolutista na lei de remoção compulsória de órgãos, tecidos e partes do corpo humano sancionada por Fernando Henrique Cardoso, Lei 9.434, de 4/2/97, quando o corpo deixa de pertencer ao cidadão ou aos seus familiares e passa a pertencer ao Leviatã, digo, ao Estado, como na recente continuidade da autocracia militar, ou naquela distante continuidade do regime absolutista.

Essa lei substituiu as vontades dos humanos brasileiros, suprimiu no caso suas cidadanias - por isso reputo-a inconstitucional - por uma única vontade, que foi a de Fernando Henrique Cardoso ao sancioná-la. Gestos pessoais de grandeza na doação de órgãos, tecidos e partes do corpo humano não são próprios de plebeus, são maneirismos que só cabem ao príncipe. A presunção legal de Fernando Henrique Cardoso cassou uma possibilidade de grandeza cidadã e deslocou corpos humanos de terras brasileiras para uma tutela militar. Ora, também no absolutismo o príncipe presume a vontade dos seres humanos, suprime suas vontades, cassa suas cidadanias. No famoso frontispício de *O Leviatã*, de Hobbes, obra publicada em 1651, o Estado é representado por um corpo cheio de escamas. Essas escamas são os cidadãos cujas vontades são presumidas pela vontade do príncipe, único rosto reconhecido do *Leviatã*.

Essa intermitência da qualidade do absolutismo em Fernando Henrique Cardoso, com a remoção compulsória de órgãos do corpo, com o episódio recente da violência policial-militar na Favela Naval em Diadema, com o episódio Amílcar em São Paulo - há muitos Amilcares no Brasil -, é similar da continuidade das qualidades do absolutismo nas autocracias militares e sua sistemática tutela sobre um corpo torturável, como vivemos durante os longos 21 anos das trevas verde-fardadas que infernizaram a República (*res* pública?) a partir de 1964. Em todos eles, a partir da exemplaridade do domínio aristocrático de Fernando Henrique Cardoso, cooptado pela exemplaridade oligárquica de Antônio Carlos Magalhães, o domínio varguista, patrimonialista e velho sobre o corpo de um Brasil que não pode ser novo enquanto vontade presumida, cuja Polícia **Militar** tutela e substitui hierarquicamente a vontade das cidadanias suprimidas - vontades presumidas -, substitui sua liberdade pela liberdade terno-fardada do príncipe.

Não vamos dourar a pílula. Direita e esquerda, para usar o jargão diádico, dizem-se distantes dessas práticas invasivas, mas querem a tortura ou o domínio sobre o corpo. Dói dizer.

O Policial Militar é treinado para agir sem pensar, quem pensa é o presidente da república, o governador do estado, e a polícia militar representa seus músculos. Para quem manda é ótimo, direita ou esquerda. Quando você está fora do trono, reclama. Quando chega lá, diz: espera um pouco, pensando melhor, reconsiderando, revendo exemplaridades passadas por tronos e quartéis, eu preciso de gente assim. Qual o sentido de uma Polícia Militar? Seu sentido é esse: o “militar” para dar vazão às excrecências do príncipe, fazer o trabalho sujo para as mãos lisas da aristocracia, nos tempos de “democracia”, ou promover um enquadramento geral para as mãos ágei\$\$ da oligarquia, nos tempos de “autocracia”. Umas e outras se associam às vezes.

Luiz Sergio Modesto - especialista em Direito Político, Administrativo e Financeiro, mestre e doutor em Teoria do Estado (USP). Advogado, colabora com o ensino do Direito (Filosofia do Direito, Introdução ao Estudo do Direito, Ciência Política e Teoria do Estado) na USP, Unaerp e USF.